

Brasil negocia sem pressa

por Celso Pinto
de Brasília

O Brasil não tem pressa em concluir a negociação externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos credores. O que se quer é fazer um programa realista, que possa ser cumprido, e ele deverá ser discutido com calma.

Esta foi a principal colocação feita pelos ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad, ao diretor do FMI, Alexandre Kafka, no último sábado, no Rio de Janeiro. O encontro foi pedido por Kafka e deveria ter sido sigiloso. Além dos dois ministros, estiveram presentes o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, três assessores de Dornelles e um de Sayad.

Kafka é diretor-executivo do Fundo, representando o Brasil e oito outros países-membros, e tem sido um tradicional intermediário entre as preocupações dos dois lados. Ele queria o encontro, desta vez, para fazer chegar à nova administração brasileira algumas das expectativas da direção do FMI.

Uma delas é justamente a de que o Brasil possa chegar, o mais rápido possível, a um novo acordo com o FMI. Kafka, segundo uma fonte qualificada, foi bastante claro sobre certos pontos delicados. Ele explicou que as negociações entre o Fundo e o Brasil haviam passado por um desgaste, em razão do sucessivo desrespeito às metas assinadas.

Mais do que isto, ele deixou claro que a atual direção do Fundo, encabeçada pelo francês Jacques de Larosière, vinha sofrendo sérias críticas internas pelo tipo de atitude que vinha mantendo em relação ao Brasil. Na opinião de alguns países-membros, a quase automática aceitação, pela direção do Fundo, de sucessivas cartas de in-

Fontes da Defesa, em

Brasil negocia sem pressa

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
um acordo rápido, dentro dos parâmetros conhecidos de austeridade e que seja rigorosamente cumprido.

As respostas de Dornelles e de Sayad coincidiram. Ambos enfatizaram que a nova administração também está interessada em assinar um acordo "realista" com o FMI, que possa, de fato, ser respeitado, ao contrário dos sete acordos anteriores. No entanto, insistiram que o Brasil não tem pressa para concluir as negociações. Ao contrário, quer discutir com calma, sem precipitações. Ficou acertado que o primeiro contato será feito por uma missão técnica do FMI que virá ao Brasil no início de abril.

O anúncio feito ontem por Dornelles ao líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, de que espera que o Congresso discuta e participe das negociações externas brasileiras, reforça esta colocação, é natural que a inclusão dos políticos no acordo externo torne mais lento todo o processo de tomada de decisão.

A politização da discussão na área externa já era esperada. Os ministros da área econômica do governo anterior já haviam adverti-

do ao Fundo, quando sua direção se recusou a assinar um novo acordo, no início deste ano, que na nova administração seria inevitável a inclusão do Congresso na discussão dos acordos externos.

REABERTURA

É possível que o processo de discussão acabe resultando na reabertura, ampla, da negociação dos termos do acordo tanto com o Fundo quanto com os bancos. A Secretaria do Planejamento, por exemplo, é favorável a esta reabertura. Gostaria de rediscutir pontos cruciais do acordo com o Fundo, como o próprio conceito do déficit público, e pressupostos centrais do acordo esboçado com os bancos, especialmente a previsão de pagamento integral dos juros e repagamento gradual do principal.

O fato é que o País dispõe de um volume razoável de reservas cambiais e não precisa de "dinheiro novo" para atravessar 1985. O refinanciamento do principal devido é praticamente automático. Esta situação reduz, em muito, a urgência do acordo externo e aumenta a margem de barganha nas negociações. Parece claro que o governo Tancredo pretende utilizar, em toda a extensão possível, este espaço.